

O crescimento vigoroso registrado pelo Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre do ano evidencia a consolidação do atual ciclo de expansão da economia brasileira. Ressalte-se que a acomodação observada em abril, na atividade industrial e nas vendas do comércio varejista, não constitui indicativo de alteração da tendência de crescimento, que deverá seguir sustentada pelas trajetórias favoráveis do mercado de trabalho e dos índices de confiança de empresários e consumidores, e pela intensificação das operações de crédito.

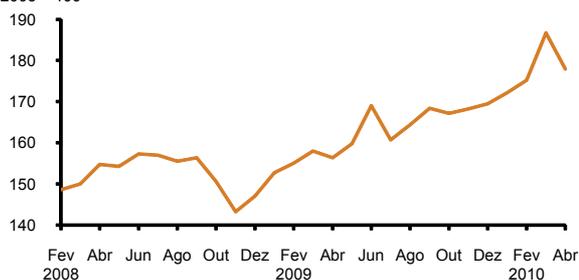
A atividade interna permanece evidenciando o dinamismo da demanda doméstica, ressaltando-se o crescimento acentuado dos investimentos, consistente com o patamar elevado da confiança do empresariado e com o cenário de aumento do nível de utilização da capacidade instalada (Nuci). Adicionalmente, o dinamismo do consumo das famílias segue impulsionado pelo nível elevado da confiança dos consumidores, pelos aumentos recorrentes da massa salarial e pela melhora nas condições do mercado de crédito. O setor externo segue contribuindo negativamente para o crescimento do PIB, desempenho compatível com o impacto negativo exercido sobre a balança comercial brasileira, pelo diferencial expressivo entre os processos de recuperação das economias brasileira e mundial.

1.1 Comércio

Os indicadores do comércio, após registrarem acentuada elevação no primeiro trimestre do ano, apresentaram acomodação no mês de abril. Esse movimento reflete, em grande parte, os efeitos da antecipação de compras associada ao final dos incentivos tributários e da Páscoa, que neste ano ocorreu no início de abril. Os desempenhos favoráveis do mercado de trabalho e das expectativas dos consumidores e o efeito positivo da Copa do Mundo sugerem, para os próximos meses, continuidade da tendência de crescimento do comércio varejista.

Gráfico 1.1 – Índice de volume de vendas no varejo – Conceito ampliado

Dados dessazonalizados
2003 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 1.1 – Índice de volume de vendas

Discriminação	Variação percentual			
	2010			
	Jan	Fev	Mar	Abr
No mês^{1/}				
Comércio varejista	2,8	1,4	2,1	-3,0
Combustíveis e lubrificantes	0,0	0,7	2,1	-2,0
Hiper, supermercados	1,9	3,2	-1,1	-0,7
Tecidos, vestuário e calçados	1,1	3,4	1,7	2,2
Móveis e eletrodomésticos	8,9	1,0	-0,3	0,0
Art. farmacêuticos, médicos	2,5	3,4	-0,3	-0,9
Livros, jornais, rev. e papelaria	2,8	-2,4	-0,2	-0,2
Equip. e mat. para escritório	5,8	-0,6	10,9	-10,5
Outros arts. de uso pessoal	1,8	1,2	0,8	2,5
Comércio ampliado	1,6	1,7	6,6	-4,7
Materiais de construção	2,3	2,7	2,6	-0,9
Automóveis e motocicletas	0,4	2,2	12,7	-11,7
Trimestre/trimestre anterior^{1/}				
Comércio varejista	2,9	2,9	4,4	3,5
Combustíveis e lubrificantes	3,6	2,6	2,1	1,8
Hiper, supermercados	2,2	2,8	3,5	3,3
Tecidos, vestuário e calçados	3,1	3,5	4,6	6,4
Móveis e eletrodomésticos	6,1	5,6	8,3	5,3
Art. farmacêuticos, médicos	2,5	3,2	4,2	4,2
Livros, jornais, rev. e papelaria	2,8	2,7	1,9	-0,3
Equip. e mat. para escritório	8,5	6,8	10,7	7,0
Outros arts. de uso pessoal	-0,3	0,3	1,9	3,5
Comércio ampliado	2,0	2,6	5,8	5,9
Materiais de construção	4,9	5,5	6,6	6,1
Automóveis e motocicletas	1,1	1,7	7,8	7,7
No ano				
Comércio varejista	10,4	11,2	12,8	11,8
Combustíveis e lubrificantes	4,8	4,8	5,5	5,3
Hiper, supermercados	10,2	10,9	12,4	10,6
Tecidos, vestuário e calçados	2,3	6,3	9,5	11,5
Móveis e eletrodomésticos	17,7	19,7	21,6	21,8
Art. farmacêuticos, médicos	10,3	12,4	13,3	12,7
Livros, jornais, rev. e papelaria	7,0	8,4	8,3	8,4
Equip. e mat. para escritório	32,2	26,6	30,0	23,2
Outros arts. de uso pessoal	6,0	5,4	6,3	6,1
Comércio ampliado	10,3	11,9	15,6	14,9
Materiais de construção	9,5	12,1	15,0	16,0
Automóveis e motocicletas	10,3	13,1	20,8	20,3

Fonte: IBGE

1/ Dados dessazonalizados.

As vendas no comércio ampliado aumentaram 5,9% no trimestre encerrado em abril, em relação ao finalizado em janeiro, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Registraram-se, no período, resultados positivos em nove dos dez segmentos pesquisados, com ênfase nas expansões assinaladas nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças, 7,7%; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 7%; tecidos, vestuário e calçados, 6,4%; material de construção, 6,1%; e móveis e eletrodomésticos, 5,3%.

As vendas do comércio varejista, conceito que exclui os segmentos veículos, motos, partes e peças, e material de construção, aumentaram 3,5% no mesmo período, ressaltando-se as elevações observadas nas regiões Norte, 8%, e Nordeste, 5,7%.

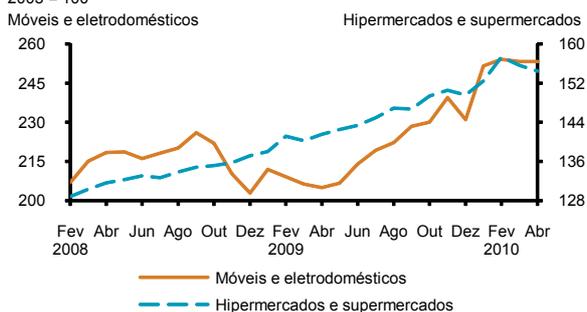
A receita nominal do comércio ampliado aumentou 13,2% em abril, em relação a igual período de 2009, resultado de elevações de 9,1% no volume de vendas e de 3,8% nos preços. Nove dos dez segmentos pesquisados apresentaram crescimento da receita nominal superior à variação média de 5,3% registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, no período, ressaltando-se os aumentos assinalados nos setores móveis e eletrodomésticos, 24,2%; material de construção, 23,7%; tecidos, vestuário e calçados, 22,7%; e veículos, motocicletas, partes e peças 21%.

A trajetória crescente das vendas do comércio varejista, evidenciada nas pesquisas do IBGE, é ratificada pela evolução de outros indicadores. Nesse sentido, o índice Serasa Experian de Atividade do Comércio, de abrangência nacional, construído a partir de consultas mensais realizadas pelos estabelecimentos comerciais, cresceu 2,7% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, considerados dados dessazonalizados. As vendas de automóveis e comerciais leves, divulgadas pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), aumentaram 10,7%, no mesmo período, ressaltando-se que o final do incentivo fiscal às vendas do setor tende a contribuir para sua estabilização, em patamar elevado, nos próximos meses. Em sentido oposto, as vendas reais do setor supermercadista, segmento com peso aproximado de 32% na PMC do IBGE, recuaram 1,1% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, de acordo com estatísticas dessazonalizadas da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

Gráfico 1.2 – Índice de volume de vendas no varejo – Segmentos selecionados

Dados dessazonalizados

2003 = 100

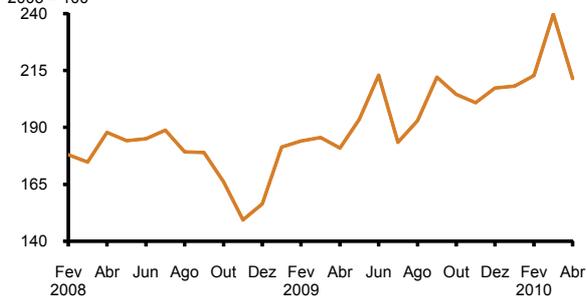


Fonte: IBGE

Gráfico 1.3 – Índice de volume de vendas (veículos, motos, partes e peças)

Dados dessazonalizados

2003 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 1.2 – Índice de vendas no varejo – Brasil

Abril de 2010

Discriminação	Variação % acumulada no ano		
	Receita nominal	Volume P	reços
Comércio varejista	15,0	11,8	2,9
Combustíveis e lubrificantes	8,9	5,4	3,3
Hiper, supermercados	14,2	10,6	3,3
Tecidos, vestuário e calçados	17,5	11,5	5,4
Móveis e eletrodomésticos	21,7	21,8	-0,1
Art. farmacêuticos, médicos,	17,3	12,7	4,1
Equip. e mat. para escritório,	15,2	23,2	-6,5
Livros, jornais, rev. e papelaria	13,0	8,4	4,2
Outros arts. de uso pessoal,	14,4	6,1	7,8
Comércio varejista ampliado	17,0	14,9	1,8
Automóveis e motocicletas	20,3	20,4	-0,1
Materiais de construção	20,3	16,0	3,7

Fonte: IBGE

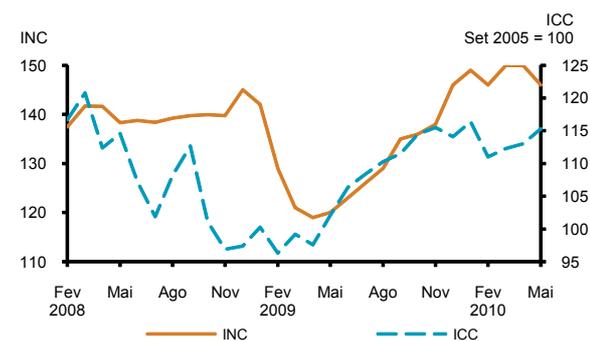
A melhora continuada das condições do mercado de trabalho segue favorecendo a trajetória dos índices de inadimplência. A relação entre o número de cheques devolvidos por insuficiência de fundos e o total de cheques compensados atingiu 5,6% em maio, ante 6,9% em igual período do ano anterior, enfatizando-se que essa retração refletiu a ocorrência de recuos em todas as regiões do país, com ênfase nos de 1,8 ponto percentual (p.p.) e 1,7 p.p. assinalados no Nordeste e Centro-Oeste, respectivamente.

O Indicador Serasa Experian de Inadimplência do Consumidor, que inclui dívidas em atraso de no mínimo noventa dias junto às financeiras, cartões de crédito, empresas não financeiras, bancos, títulos protestados e segunda devolução de cheques devolvidos por insuficiência de fundos, registrou, em maio, elevação de 4,3% em relação ao mês anterior e de 1,9% comparativamente a igual mês de 2009. Essa alta está concentrada nas operações com cartão de crédito, e segue compatível com a elevação das transações nesse segmento. No estado de São Paulo, a inadimplência, mensurada pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), atingiu 6,6% em maio, ante 9,7% em igual período de 2009.

Os principais indicadores destinados a avaliar as expectativas dos consumidores seguem em patamar elevado. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), da Fundação Getulio Vargas (FGV), registrou elevação mensal de 0,6% em maio, considerados dados dessazonalizados, e atingiu 116,1 pontos, terceiro maior valor da série histórica iniciada em setembro de 2005. O componente Índice da Situação Atual (ISA) cresceu 2,3% no período, situando-se no patamar recorde de 128,4 pontos, enquanto o Índice de Expectativas (IE) recuou 0,4%. O ICC registrou elevação de 12,9% em relação a maio de 2009.

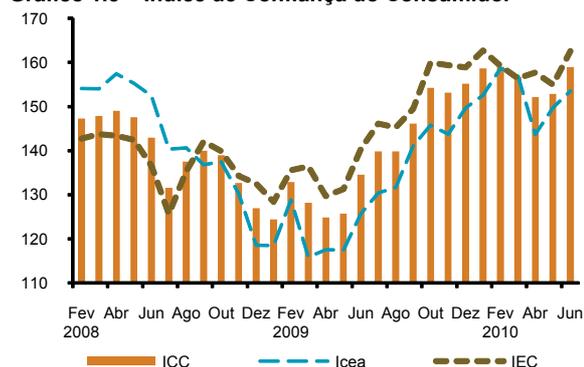
O Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec), divulgado mensalmente, a partir de março de 2010, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), registrou variações mensais de -3% em abril e de 1,8% em maio. Ressalte-se que, nesse mês, todos os componentes do indicador, excetuando-se o que avalia as expectativas de compras de maior valor, assinalaram resultados positivos, com ênfase nos relacionados às expectativas de desemprego, renda pessoal e endividamento. Embora a alteração na periodicidade de divulgação do indicador, de trimestral para mensal, não permita comparações entre períodos de 2010 e do ano anterior, deve ser enfatizado que o Inec se situa em patamar superior à sua média histórica.

Gráfico 1.4 – Índice Nacional de Confiança e Índice de Confiança do Consumidor



Fontes: ACSP e FGV

Gráfico 1.5 – Índice de Confiança do Consumidor



Fonte: Fecomercio SP

O Índice Nacional de Confiança (INC), elaborado pela *Ipsos Public Affairs* para a ACSP, após atingir o recorde de 150 pontos em abril, assinalou retração mensal de 2,7% em maio, mas manteve-se em patamar 21,7% superior ao assinalado em igual período de 2009. O recuo mensal refletiu as retrações registradas nas regiões Sul, 19,3%, e Nordeste, 6,3%, neutralizadas, em parte, pelos aumentos observados nas regiões Sudeste, 5,4%, e Norte/Centro-Oeste, 3%. A evolução interanual do indicador decorreu de crescimento regional generalizado, com ênfase nos aumentos observados no Norte/Centro-Oeste, 34,4%, e no Nordeste, 31,7%.

O ICC, divulgado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP) e restrito ao município de São Paulo, após atingir 159 pontos em fevereiro, recorde da série histórica iniciada em junho de 1994, registrou variações mensais de -1,5% em março, -2,9% em abril, 0,5% em maio e 4% em junho, posicionando-se em 158,9 pontos, segundo melhor resultado da série histórica. Os componentes do ICC apresentaram crescimento em maio, com o Índice de Expectativas do Consumidor (IEC) variando 4,9% e o Índice de Condições Econômicas Atuais (Icea), 2,5%. O ICC segue em patamar elevado – a média do indicador nos seis primeiros meses do ano situa-se em nível 21,8% superior à relativa a igual intervalo de 2009, reflexo das expansões observadas no Icea, 26,4%, e no IEC, 18,9%. No mesmo sentido, o IEC, medido pela Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomercio-RJ), após atingir o recorde de 121,4 pontos em janeiro de 2010, recuou nos três meses seguintes e registrou alta de 0,4% em maio, atingindo 118,2 pontos, considerados dessazonalizados.

1.2 Produção

Agropecuária

A produção do setor agropecuário aumentou 5,1% no primeiro trimestre de 2010, em relação a igual período do ano anterior, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, divulgadas pelo IBGE. Esse desempenho refletiu, em especial, o impacto das condições meteorológicas adequadas à produção de importantes culturas, como algodão herbáceo, milho, soja e café.

A estimativa de produção de grãos totaliza 145,8 milhões de toneladas em 2010, registrando expansão anual de 8,8%, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de maio, divulgado pelo IBGE.

Tabela 1.3 – Produção agrícola

Discriminação	Em mil toneladas		
	Produção		Variação %
	2009	2010 ^{1/}	
Produção de grãos	133 986	145 800	8,8
Caroço de algodão	1 785	1 879	5,3
Arroz (em casca)	12 605	11 249	-10,8
Feijão	3 523	3 329	-5,5
Milho	51 232	53 147	3,7
Soja	56 961	68 131	19,6
Trigo	4 965	5 154	3,8
Outros	2 916	2 911	-0,2

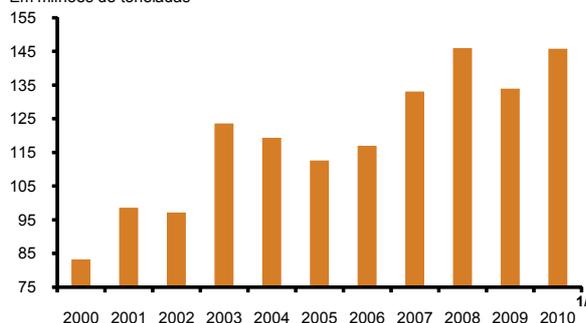
Fonte: IBGE

1/ Estimativa.

Estão projetados recuo de 0,9% para a área colhida e elevação de 9,9% para a produtividade média.

Gráfico 1.6 – Produção de grãos

Em milhões de toneladas



Fonte: IBGE
1/ Estimativa.

Tabela 1.4 – Produção da pecuária

Peso total das carcaças

Discriminação	Variação % acumulada no ano							
	2009	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bovinos	-7,0	-5,7	-4,6	-3,6	-2,4	-1,2	0,3	
Suínos	11,8	13,3	13,5	12,9	12,1	11,7	10,9	
Aves	-5,2	-4,7	-3,7	-3,1	-3,1	-3,0	-2,7	

Fonte: IBGE

A safra de soja deverá crescer 19,6% no ano, com ênfase no aumento de 11,6% previsto para o rendimento médio da cultura, favorecido pelas condições meteorológicas adequadas nas principais regiões produtoras. No mesmo sentido, assinalem-se as projeções de crescimento para as produções de café, 12,9%; caroço de algodão herbáceo, 5,3%; trigo, 3,8%; milho, 3,7%; e cana-de-açúcar, 1,1%. Em sentido inverso, as safras de arroz e de feijão deverão recuar, na ordem, 10,8% e 5,5%.

De acordo com a Pesquisa Trimestral de Abate de Animais, divulgada pelo IBGE, as produções de aves, bovinos e suínos totalizaram, na ordem, 9,9 milhões, 6,6 milhões e 2,9 milhões de toneladas em 2009, registrando variações anuais respectivas de -2,7%, 0,3% e 10,9%.

As exportações de carne bovina totalizaram 300 mil toneladas no primeiro quadrimestre do ano, aumentando 3,5% em relação a igual intervalo de 2009, contrastando com os recuos respectivos de 8,5% e 1,2% observados nas vendas externas de carnes suína e de aves, que atingiram, na ordem, 151,5 mil e 1,1 milhão de toneladas.

Produção industrial

A recuperação da atividade industrial, favorecida pelo dinamismo da demanda doméstica, permitiu que a produção do setor fabril superasse, em março, o patamar registrado no período pré-crise. O emprego industrial, após recuar em 2009, apresenta sinais de recuperação sustentável, enquanto a evolução das expectativas empresariais indica a continuidade do processo de crescimento do setor, com ênfase no desempenho dos segmentos bens de capital e material de construção.

A produção física da indústria cresceu 4,5% no trimestre encerrado em abril, em relação ao finalizado em janeiro, quando havia se expandido 2,4%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE, com a indústria de transformação crescendo 4,1% e a extrativa, 3,9%. Vale mencionar que a expansão trimestral experimentada pela indústria refletiu a ocorrência de resultados positivos em todas as treze unidades federativas pesquisadas, ressaltando-se os crescimentos assinalados em Pernambuco, 11,9%, e Goiás, 11,4%.

Tabela 1.5 – Produção industrial

Trimestre/trimestre anterior^{1/}

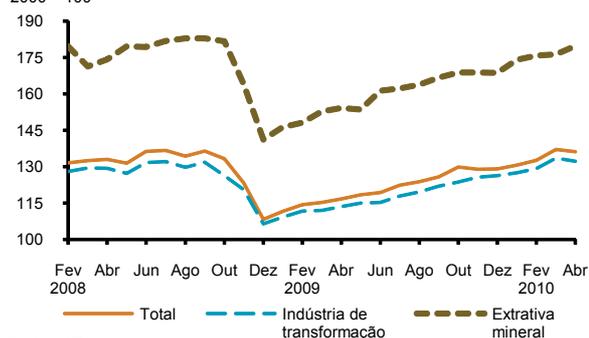
Discriminação	2010			
	Jan	Fev	Mar	Abr
Indústria geral	2,4	2,0	3,2	4,5
Por seção				
Indústria extrativa	2,5	2,8	3,9	3,9
Indústria de transformação	3,9	3,1	3,9	4,1
Por categoria de uso				
Bens de capital	11,9	6,5	4,5	4,9
Bens intermediários	5,1	4,2	3,8	2,6
Bens de consumo	1,1	1,2	3,0	4,0
Duráveis	-1,6	-1,1	3,0	4,4
Semi e não duráveis	2,2	3,2	3,5	3,5

Fonte: IBGE

1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 1.7 – Produção industrial

Dados dessazonalizados
2000 = 100



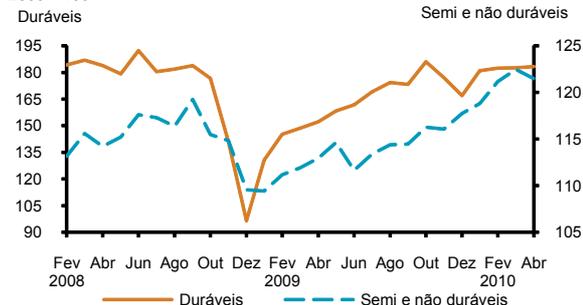
Fonte: IBGE

Gráfico 1.8 – Produção industrial

Bens de consumo

Dados dessazonalizados

2000 = 100



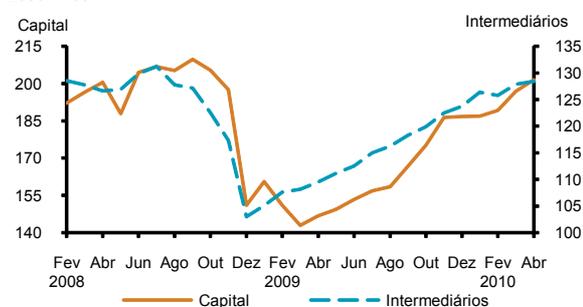
Fonte: IBGE

Gráfico 1.9 – Produção industrial

Bens de capital e intermediários

Dados dessazonalizados

2000 = 100

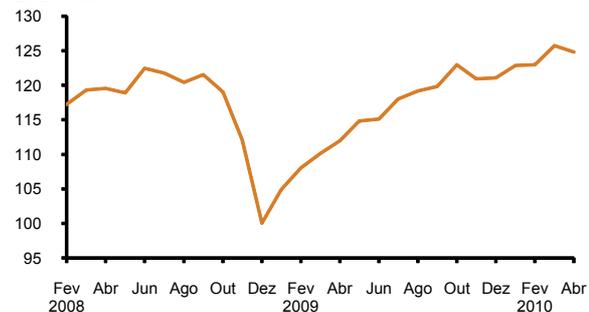


Fonte: IBGE

Gráfico 1.10 – Produtividade do trabalho

Dados dessazonalizados

2002 = 100



Fonte: IBGE

A análise da evolução da indústria por categorias de uso revela crescimento generalizado no período, com ênfase na expansão de 4,9% no segmento de bens de capital. A produção de bens de consumo duráveis elevou-se 4,4%, seguindo-se os desempenhos das indústrias de bens de consumo semiduráveis e não duráveis, 3,5%, e de bens intermediários, 2,6%.

O dinamismo da produção de bens de capital refletiu, em parte, os aumentos trimestrais registrados nos segmentos de bens destinados à construção, 10,8%; de uso misto, 8,6%; e à energia elétrica, 7,7%.

A produção de automóveis aumentou 5,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando registrara elevação de 0,1%, nesse tipo de comparação, de acordo com estatísticas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), dessazonalizadas pelo Banco Central do Brasil (BCB). A indústria de automóveis e comerciais leves cresceu 5,4% no período, enquanto as produções de caminhões e de ônibus experimentaram expansões respectivas de 7,9% e 10,2%. A indústria de máquinas agrícolas aumentou 10,3% no trimestre, com ênfase no acréscimo de 14,7% observado na produção de tratores de rodas.

O índice do pessoal ocupado, divulgado pela Pesquisa Industrial Mensal – Empregos e Salários (Pimes), do IBGE, revela recuperação sustentada do emprego industrial, que, considerados dados dessazonalizados, aumentou 1,2% no trimestre finalizado em abril, em relação ao encerrado em janeiro, o terceiro resultado favorável consecutivo, nesse tipo de comparação. No mesmo sentido, o número de horas pagas na produção, que havia assinalado elevações respectivas de 1,6% e 1,3% nos trimestres finalizados em janeiro de 2010 e em outubro do ano anterior, apresentou elevação de 2,1%.

A produtividade do trabalho, estimada pela razão entre os índices da produção física e do número de horas pagas, registrou aumento médio de 2,4% no trimestre encerrado em abril, em relação ao finalizado em janeiro, quando crescera 0,8%, considerados dados dessazonalizados.

O Nuci atingiu 84,9% em maio, de acordo com estatísticas dessazonalizadas da Sondagem da Indústria de Transformação (SIT) da FGV, elevando-se 0,9 p.p. em relação a fevereiro e situando-se 2,6 p.p. acima da média da série, iniciada em abril de 1995. A análise por categorias de uso revela que o Nuci da indústria de material de construção aumentou 5 p.p. no trimestre, atingindo o

Gráfico 1.11 – Utilização da capacidade instalada na indústria de transformação

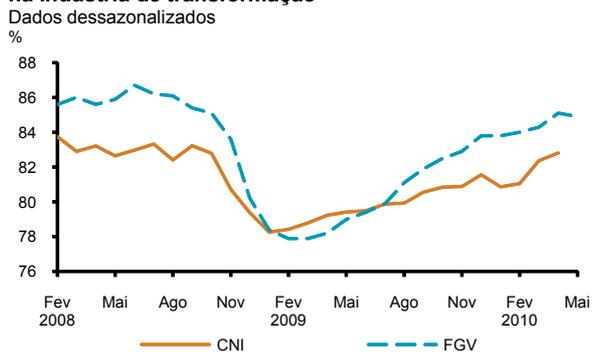


Tabela 1.6 – Índice de Confiança da Indústria^{1/}

Discriminação	2010				
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Índice de Confiança da Indústria	113,6	115,8	116,5	115,3	116,1
Por componente:					
Índice de Situação Atual	112,6	113,4	117,3	120,0	119,2
Nível da demanda global	114,3	112,3	117,6	119,7	120,8
Nível de estoques	96,9	99,7	99,4	101,3	100,5
Situação dos negócios	123,5	124,9	131,8	136,2	133,3
Índice de Expectativas	114,5	118,3	115,7	110,5	113,0
Situação dos negócios	162,2	169,6	163,7	158,7	160,3
Emprego	120,8	128,3	125,2	123,0	126,2
Produção física	139,2	137,9	137,2	125,2	129,2

Fonte: FGV

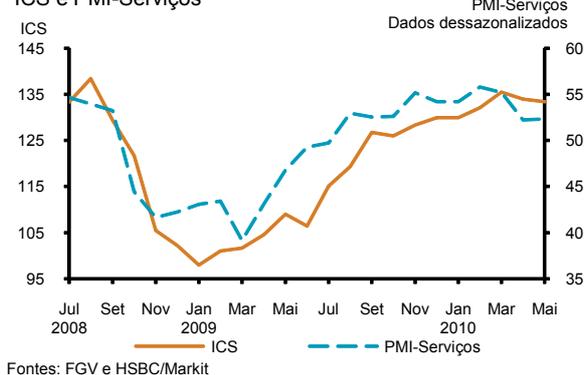
1/ A média dos últimos dez anos corresponde a 100. Séries dessazonalizadas.

recorde de 91,6%, enquanto o relativo à indústria de bens intermediários cresceu 2,3 p.p., para 86,5%. Os indicadores relativos às indústrias de bens de consumo e de bens de capital registraram estabilidade no trimestre, situando-se, na ordem, em 85,4% e 82,8% e 1,7 p.p. e 6,8 p.p. abaixo dos respectivos valores máximos.

A perspectiva de continuidade da expansão industrial é corroborada pela evolução das pesquisas de sentimento dos empresários. O Índice de Confiança do Empresário Industrial¹ (Icei), divulgado pela CNI, atingiu 66,3 pontos em maio, ante 67,8 pontos em fevereiro, com os componentes que avaliam a situação atual e as expectativas para os próximos seis meses situando-se, na ordem, em 61 e em 69,1 pontos. O Índice de Confiança da Indústria² (ICI), da FGV, registrou aumento trimestral de 0,3 p.p. e atingiu 116,1 pontos, reflexo dos aumentos assinalados nos componentes percepção do empresariado quanto ao nível de demanda, 8,5 pontos, e situação atual dos negócios, 8,4 pontos, em parte contrabalançados pelo recuo de 5,3 pontos no relacionado às expectativas. Por categorias de uso, ressaltou-se o aumento trimestral de 18,6 pontos observado no indicador relacionado ao segmento material de construção.

O Índice Gerente de Compras (PMI), calculado pela Markit e divulgado pelo HSBC Bank Brasil (HSBC), atingiu 52,4 pontos em maio³, ante 55,8 pontos em fevereiro, considerados dados dessazonalizados. Essa desaceleração decorreu de retrações em todos os componentes do índice, com ênfase na relativa ao indicador de novos pedidos, que recuou 5,4 pontos, para 51,9 pontos, no período.

Gráfico 1.12 – Confiança de Serviços
ICS e PMI-Serviços



Serviços

O Índice de Confiança de Serviços (ICS), elaborado pela FGV em parceria com o Banco Central, objetiva mapear o nível de atividade e as expectativas empresariais do setor de serviços, o mais representativo da economia brasileira⁴. O indicador, após atingir 135,5 pontos em março, segundo maior valor da série, iniciada em junho de 2008, registrou variações mensais de -1,1% em abril e de -0,4% em maio, esta decorrente de estabilidade no ISA-S e de recuo de 0,8% no IE-S, mas permaneceu em patamar de

1/ Valores acima de 50 pontos representam otimismo.

2/ Valores acima de 100 pontos indicam sentimento de otimismo.

3/ O PMI sintetiza a evolução mensal dos indicadores de novos pedidos, produção, emprego, prazo de entrega e estoque de insumos. Valores superiores a 50 representam expansão mensal da atividade.

4/ A metodologia de cálculo do indicador encontra-se no box "Sondagem do Setor de Serviços", na página 18 deste Relatório.

Sondagem do Setor de Serviços

Tabela 1 – Peso dos setores no PIB^{1/}

Setor	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Agropecuária	5,9	4,9	4,7	4,8	5,0	5,2
Indústria	25,8	25,1	24,7	23,9	23,3	21,8
Serviços	54,1	55,8	56,5	57,3	56,8	58,9
Impostos líquidos	14,2	14,2	14,1	14,0	14,9	14,0

Fonte: IBGE

1/ Valores a preços correntes.

A crescente importância relativa dos Serviços no Produto Interno Bruto (PIB) do país – o setor foi responsável por 58,9% do agregado em 2009, ante 54,1% em 2004, conforme observado na tabela 1 – evidencia a necessidade de monitorar as tendências de curto prazo dos segmentos que compõem o setor. Nesse contexto, em parceria com o Banco Central, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) desenvolveu a Sondagem do Setor de Serviços.

A Sondagem do Setor de Serviços tem por finalidade, dentre outras, gerar indicadores que antecipem tendências econômicas para o setor. Trata-se de pesquisa mensal, de abrangência nacional, junto a mais de 2.000 empresas com um ou mais empregados. A cobertura nas atividades do setor de serviços é semelhante à da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que abrange todo o setor de serviços, com exceção de governo, do setor de saúde, de parte das atividades de ensino, do setor financeiro e do comércio.

Assim, os resultados são divulgados para o setor de serviços como um todo, por porte (pequenas, médias e grandes) e para sete segmentos:

- serviços prestados às famílias (alojamento; alimentação; atividades recreativas e culturais; serviços pessoais e atividades de ensino continuada);
- serviços de informação (telecomunicações; atividade de informática; serviços audiovisuais e agências de notícias e serviços de jornalismo);
- serviços prestados às empresas (atividades jurídicas, contábeis e de assessoria empresarial; serviços de arquitetura e engenharia; ensaios de materiais e produtos de análise de qualidade;

- publicidade; seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra temporária; serviços de investigação, segurança, vigilância e transportes de valores; serviços de limpeza em prédios e domicílios e outros serviços prestados às empresas);
- transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (transporte ferroviário e metroviário; transporte rodoviário; transporte aquaviário; transporte aéreo; agências de viagens e organizadoras de viagens; serviços auxiliares do transporte e correio e outras atividades de entrega);
 - atividades imobiliárias e aluguel de bens móveis e imóveis (incorporação, compra e venda de imóveis por conta própria; administração, corretagem e aluguel de imóveis de terceiros; e aluguel de veículos, máquinas e objetos pessoais e domésticos);
 - serviços de manutenção e reparação (manutenção e reparação de veículos; manutenção e reparação de objetos pessoais e domésticos e manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática);
 - outras atividades de serviços (serviços auxiliares de agricultura; agentes de comércio e representação comercial; serviços auxiliares, financeiros, de seguros e de previdência complementar e limpeza urbana e esgoto).

Esses segmentos foram definidos de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, versão 1.0 (CNAE 1.0), do IBGE. O resultado de cada segmento é obtido a partir da agregação das proporções estimadas para os três níveis de porte, segundo a ponderação do total de pessoal ocupado das empresas, com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O resultado relativo ao setor de serviços deriva da agregação das proporções estimadas para 31 segmentos, segundo o valor adicionado do segmento, com base na PAS do IBGE, com exceção dos quesitos relacionados ao emprego, que são ponderados pelo total de pessoal ocupado divulgado pela PAS.

As opções de respostas para as questões levantadas são majoritariamente qualitativas, o que facilita a avaliação imediata sobre o estado cíclico

do setor. Um dos principais atributos da pesquisa é a rapidez com que os dados são colhidos, processados e divulgados, sem que sejam necessárias revisões posteriores. Os resultados apurados fornecem sinalizações para um horizonte de três a seis meses, durante o mês de referência da divulgação.

As avaliações feitas em relação ao momento presente fazem referência ao nível ou à situação da variável no momento de aplicação da pesquisa (situação boa, normal ou ruim). As previsões para o futuro e as observações sobre o passado recente são feitas de modo comparativo (situação melhorará, ficará igual ou piorará). Algumas perguntas são direcionadas à empresa como um todo, a exemplo dos quesitos relacionados ao nível de emprego, fatores limitativos à melhora dos negócios e condições de crédito, enquanto outras são relacionadas ao nível dos serviços ofertados. Quando a empresa possui mais de uma linha relevante de serviços, as respostas são fornecidas para cada uma delas. As perguntas da Sondagem são relativas aos seguintes quesitos:

- situação atual dos negócios: a pesquisa procura captar o sentimento da empresa em relação ao estado geral dos negócios. Normalmente, ao avaliar o estado dos negócios, as empresas levam em consideração fatores de ordem microeconômica, tais como margens de lucro e faturamento, e fatores macroeconômicos que afetam seu desempenho, como taxas de juros e de câmbio, bem como carga tributária. Quanto ao horizonte temporal, a Situação dos negócios é avaliada em relação ao momento de realização da pesquisa;
- tendência dos negócios: as empresas devem avaliar, desconsiderando efeito sazonal, se o estado dos negócios para os próximos seis meses estará melhor, igual ou pior;
- emprego previsto: o objetivo é captar as perspectivas para os próximos três meses do contingente mão-de-obra empregado pela empresa em relação ao mês de referência da pesquisa;
- volume de demanda atual: a finalidade é avaliar o nível atual da demanda por serviços da empresa para a época do ano relativa ao mês de referência da pesquisa;

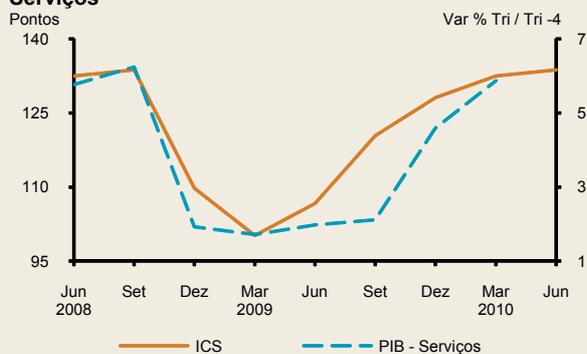
- demanda prevista: a empresa deve estimar, desconsiderando efeitos sazonais, como evoluirá o volume de demanda por seus serviços nos próximos três meses;
- previsão de faturamento: o objetivo é mensurar as perspectivas para os próximos três meses em relação ao trimestre do mês de referência da pesquisa;
- preços: avalia-se a perspectiva para os preços praticados pela empresa no trimestre seguinte ao mês de referência da pesquisa;
- condições de crédito: procura-se avaliar o grau de dificuldade para aquisição de crédito no sistema bancário no mês de referência da pesquisa;
- fatores limitativos à melhora da situação dos negócios: caso existam, a empresa deve selecionar, entre seis fatores sugeridos, os mais importantes ou especificar um fator não incluído no questionário.

Para cada quesito da pesquisa é criado um indicador síntese, construído a partir da proporção de respostas favoráveis ao quesito menos a proporção de respostas desfavoráveis ao quesito, acrescido de 100. Assim, se a proporção de respostas favoráveis for igual à proporção de respostas desfavoráveis, o indicador atinge 100 pontos, ou seja, zona de indiferença. Valores superiores a 100 indicam otimismo e valores inferiores a 100, pessimismo.

O Índice de Confiança de Serviços (ICS), indicador síntese da pesquisa, representa a média aritmética de dois indicadores: o Índice da Situação Atual (ISA-S) e o Índice de Expectativas (IE-S). O ISA-S é dado pela média aritmética dos quesitos situação atual dos negócios e volume atual de demanda. Similarmente, o IE-S é igual à média aritmética dos indicadores dos quesitos tendência dos negócios e demanda prevista.

A evolução do ICS, cuja série histórica se inicia em junho de 2008, mostra-se consistente com a evolução recente do setor de serviços. Nesse sentido, após registrar aumento nos três primeiros meses, o ICS recuou a partir de agosto de 2008 e atingiu o valor mínimo em janeiro de 2009, durante o período de acentuação da crise financeira internacional. Vale

Gráfico 1 – Índice de Confiança dos Serviços e PIB – Serviços



Fontes: IBGE e FGV

Gráfico 2 – Índice de Confiança de Serviços



Fonte: IBRE/FGV, em parceria com o Bacen

destacar a boa aderência da média trimestral do ICS ao Setor de Serviços do PIB, divulgado trimestralmente pelo IBGE, conforme observado no gráfico 1. A média do ICS nos primeiros meses do segundo trimestre de 2010 sugere a continuidade do crescimento da atividade no setor de serviços, que deverá se refletir no próximo resultado do PIB.

A análise na margem, expressa no gráfico 2, revela que o indicador recuou 1,1% em abril, em relação ao mês anterior, e atingiu 134 pontos, patamar inferior apenas aos assinalados no mês anterior, 135,5 pontos, e em agosto de 2008, 138,4 pontos. Na margem, o ISA-S cresceu 1,2% no mês, para 119,4 pontos, maior valor desde outubro de 2008, e o IE-S recuou 2,9%, para 148,6 pontos, mas manteve-se em patamar elevado.

otimismo. No mesmo sentido, o PMI-Serviços⁵, calculado pela Markit e divulgado pelo HSBC, atingiu 52,3 pontos em maio, ante 55,8 pontos em fevereiro, considerados dados dessazonalizados. O indicador, sem ajuste sazonal, alcançou 54,1 pontos em maio, ante 48,6 pontos em igual período do ano anterior.

Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br)

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br)⁶ registrou crescimento de 2,4% no trimestre encerrado em abril, em relação ao finalizado em janeiro, quando se elevava 2,8%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. A análise mensal revela que o indicador aumentou 0,3% em abril, décima sexta elevação consecutiva, nesse tipo de comparação. A média móvel trimestral do IBC-Br aumentou 0,8% em abril, ante 0,9% em março e 0,7% em fevereiro, evolução que reforça as perspectivas de continuidade do ciclo de expansão em que a economia se encontra. O indicador cresceu 11,8% em abril, em relação a igual mês do ano anterior, acumulando expansões de 10,5% no ano e de 4,1% em doze meses.

Gráfico 1.13 – Índice de atividade econômica do Banco Central

Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

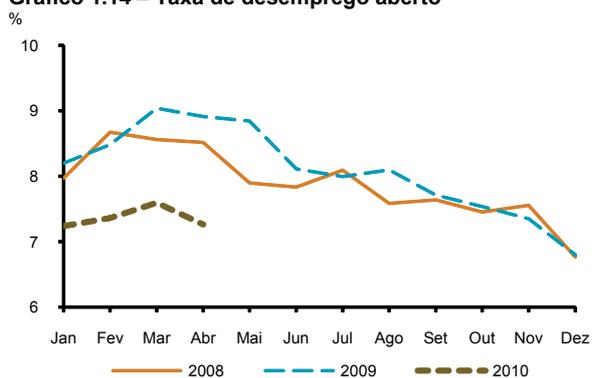
1.3 Mercado de trabalho

Emprego

A evolução dos indicadores do mercado de trabalho segue compatível com o dinamismo da atividade econômica, registrando-se recuo na taxa de desemprego e melhora qualitativa na geração de postos de trabalho, expressa pela substituição de empregos informais por postos com carteira assinada. Os rendimentos reais do fator trabalho, embora impactados negativamente pela aceleração dos índices de preços no passado recente, seguem crescentes.

A taxa de desemprego, considerada a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada pelo IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do país, atingiu 7,3% em abril, constituindo – a exemplo do observado nos sete meses anteriores – a menor taxa para o mês.

Gráfico 1.14 – Taxa de desemprego aberto



Fonte: IBGE

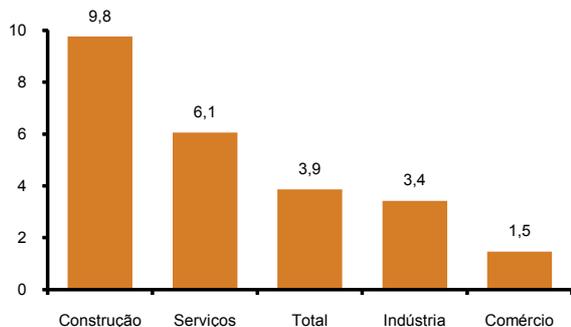
5/ O indicador é construído baseado em respostas mensais enviadas por executivos de cerca de quatrocentas empresas privadas do setor de serviços, com painel selecionado de forma a replicar a real estrutura do setor, cobrindo as atividades de transporte e comunicação, intermediação financeira, serviços empresariais, serviços pessoais, informática e tecnologia da informação, e hotéis e restaurantes. Valores acima de 50 representam crescimento da atividade.

6/ A metodologia do indicador encontra-se no box "Índice de Atividade Econômica do Banco Central", na página 24 do Relatório de Inflação de março de 2010.

Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu, em média, 7% no trimestre encerrado em abril, ante 7,7% naquele finalizado em janeiro, representando a maior retração trimestral e o menor patamar da série histórica, iniciada em março de 2002. Esse movimento refletiu o aumento assinalado na ocupação, 1,9%, maior crescimento trimestral desde abril de 2003, contrabalançado, em parte, pela expansão de 1,1% registrada na População Economicamente Ativa (PEA).

Gráfico 1.15 – População ocupada

Varição trimestre terminado em abril ante igual trimestre do ano anterior



Fonte: IBGE

Tabela 1.7 – Evolução do emprego formal

Novos postos de trabalho – acumulado no período (em mil)

Discriminação	2009		2010		
	No ano	Jan	Fev	Mar	Abr
Total	995,1	181,4	390,8	657,3	962,3
Ind. de transformação	10,9	68,9	131,9	204,4	287,4
Comércio	297,2	-6,8	3,9	33,3	74,0
Serviços	500,2	57,9	143,5	249,9	346,5
Construção civil	177,2	54,3	89,1	127,7	166,1
Agropecuária	-13,6	4,1	8,1	18,5	57,4
Serv. ind. de util. pública	5,0	2,5	4,4	6,0	7,8
Outros ^{1/}	18,3	0,4	10,0	17,5	23,1

Fonte: MTE

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

A taxa de desemprego recuou 1,4 p.p. no trimestre encerrado em abril, em relação a igual período do ano anterior, ressaltando-se o aumento de 3,9% observado na ocupação, que evidenciou, em especial, as expansões na construção civil, 9,8%; nos serviços, exclusive serviços domésticos, 6,1%; e na indústria, 3,4%. Adicionalmente, note-se que os postos de trabalho formais e o número de empregos informais registraram variações respectivas de 6,8% e -0,1% no trimestre finalizado em abril, resultando em aumento de 1,4 p.p. na taxa de formalização – definida como a razão entre o número de empregados com carteira assinada e o número total de ocupados – que atingiu o recorde de 50,9% no período.

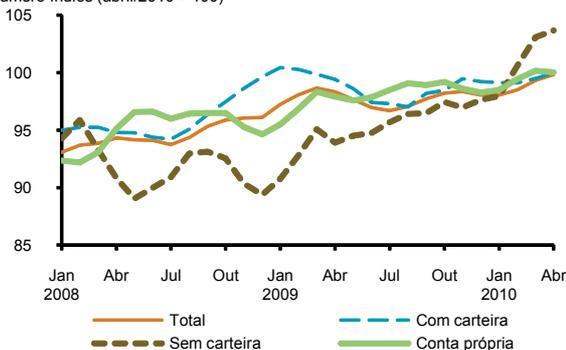
De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criados 962,3 mil postos de trabalho formais nos quatro primeiros meses de 2010, resultado mais expressivo no período, desde o início dessa série, em janeiro de 1985. Registraram-se, no quadrimestre, gerações líquidas de empregos formais recordes em todos os segmentos da economia, atingindo 346,5 mil no setor de serviços, 287,4 mil na indústria de transformação, 166,1 mil na construção civil e 74 mil no comércio.

Rendimentos

O rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados, nas seis regiões metropolitanas abrangidas pela PME, aumentou 1,5% no trimestre encerrado em abril, em relação a igual período do ano anterior, situando-se no patamar mais elevado, para o trimestre, da série iniciada em março de 2002. Os ganhos reais aumentaram 10,4% no segmento informal e 0,6% no âmbito dos trabalhadores com carteira assinada, enquanto, em relação aos principais setores da economia, registraram-se aumentos relevantes na construção civil, 12,4%; no comércio, 5,1%; e nos serviços domésticos, 4,4%. A massa salarial real, produto do rendimento médio real habitualmente recebido pelo número de ocupados, cresceu 5,5% no trimestre.

Gráfico 1.16 – Rendimento habitual médio real

Número índice (abril/2010 = 100)



Fonte: IBGE

Massa Salarial Ampliada e Massa Salarial Ampliada Disponível: acurando o conceito e a evolução comparativa recente

A massa salarial ampliada (MSA)¹ é definida como um agregado que incorpora a massa de rendimentos do trabalho e os benefícios previdenciários e de programas de proteção social do governo. Ressalte-se que esse conceito foi bastante mencionado após o agravamento da crise financeira internacional, em ambiente de redução de liquidez, bem como de deterioração das expectativas e, em menor escala, das condições do mercado de trabalho, pois sua dinâmica contribuía para preservar o dinamismo da demanda interna². Dada a relevância do conceito de MSA para a melhor compreensão da evolução do consumo privado, este boxe introduz um aperfeiçoamento metodológico, expresso na criação do conceito de massa salarial ampliada disponível (MSAD).

O rendimento do trabalho considerado na Pesquisa Mensal do Emprego (PME) e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e utilizado no cálculo da MSA, não exclui descontos correspondentes aos pagamentos previdenciários e ao imposto de renda na fonte, o que pode reduzir seu poder explicativo, por exemplo, em momentos de alteração na legislação tributária e/ou previdenciária. Nesse sentido, portanto, o cálculo da MSAD utilizará o rendimento bruto, mas excluirá a carga de impostos e contribuições previdenciárias:

$$MSAD = MRB - (IR + CP) + BPS + BP;$$

onde $MRB = N \times RMB$ é tal que $MRD = MRB - (IR + CP)$.

1/ Ver boxe "Massa Salarial Ampliada: Conceito e Evolução Recente", publicado no Relatório de Inflação de setembro de 2009.

2/ Ver boxe "Determinantes da Evolução Recente do Consumo Privado", publicado no Relatório de Inflação de setembro de 2009.

Sendo:

MRB = massa de rendimentos do trabalho bruta;

IR = imposto de renda;

CP = contribuições previdenciárias;

BPS = benefícios de proteção social;

BP = benefícios previdenciários;

N = número de ocupados no país;

RMB = rendimento médio bruto.

Ressalte-se que, na construção da MSAD, é seguida a metodologia adotada no cálculo da MSA, incluindo-se, adicionalmente, o componente IR, que incorpora os recursos retidos na fonte advindos da renda do trabalho³, e as quotas-declaração de ajuste de assalariados e a componente CP que inclui as contribuições para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para o Regime Próprio do Servidor Público Federal (RPSP) e para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (fundos de pensão)⁴.

A tabela 1 apresenta a variação real da MSAD no quinquênio encerrado em 2009 e a participação de seus componentes naquele ano. A MRB, evidenciando a trajetória favorável do mercado de trabalho, expressa em aumento da taxa de formalização e em ganhos reais recorrentes, registrou aumento real médio de 5,6% no período, enquanto os recolhimentos relativos ao imposto de renda e às contribuições previdenciárias aumentaram 6,8%. O aumento médio mais acentuado desses recolhimentos, em relação ao registrado na MRB, refletiu-se no desempenho da massa de rendimentos do trabalho disponível (MRD), que assinalou crescimento médio de 5,4% no quinquênio finalizado em 2009. Vale mencionar que os outros componentes da MSAD registraram crescimento médio real de 7,9% no período, com ênfase na elevação de 18,2% nos gastos incluídos nos programas de proteção social do governo federal.

A participação da MRB na MSA atingia 75,1% em 2009 e a dos demais componentes (BPS e BP), 24,9%. A introdução do conceito

3/ Inclui receitas sobre benefícios previdenciários.

4/ As contribuições ao RGPS englobam os recolhimentos individuais e aqueles efetuados por empresas e entidades equiparadas; as destinadas ao RPSP incluem as contribuições para custeio das pensões militares e aquelas de servidores ativos, inativos e pensionistas; e os recolhimentos aos fundos de pensão, as contribuições de participantes ativos e assistidos do sistema de entidades fechadas de previdência complementar.

Tabela 1 – Massa ampliada real disponível
Acumulado no ano

Discriminação	Participação 2009	2005	2006	2007	2008	2009	Variação %	
							Média 2010 2009/2004	(até março)
Massa dos rendimentos do trabalho bruta (MRB) ^{1/}	100,0	5,5	6,0	5,2	7,8	3,3	5,6	5,7
Imposto de renda e contribuições previdenciárias ^{2/}	10,2	3,7	13,9	3,7	11,1	1,5	6,8	5,4
IRRF-trabalho e IR-assalariados	5,4	7,5	7,6	4,8	14,1	-2,3	6,4	4,6
Contribuições RGPS	3,5	13,3	16,7	9,2	6,8	6,1	10,4	7,1
Contribuições RPSP	0,8	29,2	14,1	8,0	9,7	8,2	13,8	6,2
Contribuições Fundos de Pensão	0,5	4,4	4,0	3,8	12,5	3,1	5,6	1,9
Massa dos rendimentos do trabalho disponível (MRD) ^{3/}	73,0	5,7	5,2	5,3	7,4	3,6	5,4	4,4
Outros	27,0	8,7	10,0	8,2	3,3	9,3	7,9	10,1
Programas de proteção social	3,6	25,7	21,5	15,1	9,4	19,0	18,2	10,4
Bolsa família	0,9	42,1	28,1	14,4	11,1	11,3	21,4	19,4
BPC	1,2	22,2	25,2	14,1	12,0	16,5	18,0	16,8
Seguro-desemprego e Bolsa-qualificação	1,4	18,0	13,8	16,5	5,9	26,5	16,1	-1,4
Benefícios previdenciários	23,5	7,3	8,7	7,3	2,5	8,0	6,8	10,1
RGPS	16,7	9,9	9,9	7,4	1,1	7,3	7,1	10,0
RPSP	5,1	0,5	6,2	7,9	7,4	8,6	6,1	10,2
Fundos de pensão	1,7	2,0	4,8	4,8	2,3	13,4	5,5	10,9
Massa salarial ampliada disponível	100,0	6,4	6,4	6,1	6,3	5,1	6,0	5,9

Fontes: IBGE, MDS, RFB, STN, MPS e SPC.

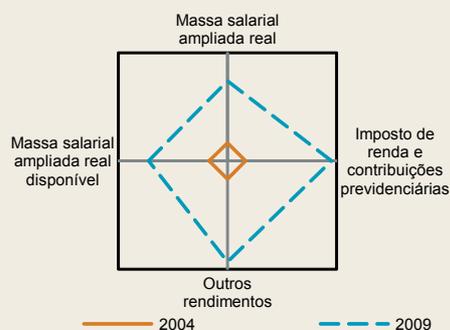
1/ Produto da população ocupada e o rendimento efetivo na PME (ajustado pelo rendimento efetivo na PNAD).

2/ Participação em 2009 no total – IRRF e IR-assalariados: 52,8%; Contribuições RGPS: 34,4%; Contribuições RPSP: 8,3% e Contribuições Fundos de Pensão: 4,5%.

3/ Massa dos rendimentos do trabalho bruta subtraída de imposto de renda e contribuições previdenciárias.

de disponibilidade na massa de rendimentos do trabalho e na massa salarial ampliada, excluindo os recolhimentos relativos ao imposto de renda e às contribuições previdenciárias, alterou as relações entre os componentes e o agregado, com a MRBD representando 73% da MSAD.

Gráfico 1 – Massa salarial ampliada real disponível e componentes selecionados

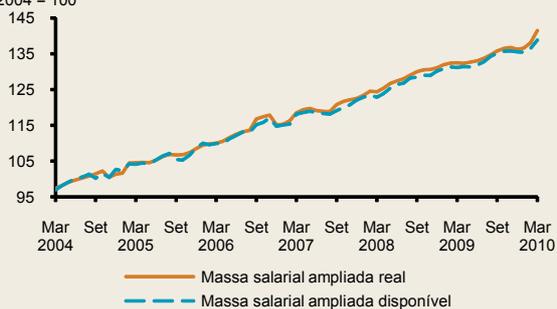


O gráfico 1 ilustra a evolução dos conceitos de massa salarial abordados neste box e o impacto das expansões reais médias assinaladas nos outros rendimentos e nos recolhimentos relativos ao imposto de renda e às contribuições previdenciárias. Nesse sentido, o losango, que representa os índices relativos às variáveis mencionadas com base 100 em 2004, torna-se assimétrico em direção ao eixo que representa o imposto de renda e contribuições previdenciárias e àquele relacionado aos outros rendimentos. A MSA real e a MSAD real apresentam padrões uniformes de evolução e crescimento relativamente menor no período.

Gráfico 2 – Massa salarial ampliada real e massa salarial ampliada real disponível

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2004 = 100



De fato, as trajetórias das médias móveis trimestrais reais da MSA e da MSAD, apresentadas no gráfico 2, como esperado, evidenciam boa aderência.

Em síntese, embora a exclusão do IR e das CP de modo geral não altere significativamente os componentes sazonal e de tendência-ciclo da série, o conceito de MSAD mostra-se bastante útil em momentos específicos. Nesse sentido, complementa o poder explicativo da MAS.

1.4 Produto Interno Bruto

Tabela 1.8 – Produto Interno Bruto

Trimestre ante trimestre imediatamente anterior

Dados dessazonalizados

Discriminação	Variação %				
	2009				2010
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
PIB a preços de mercado	-1,5	1,5	2,2	2,3	2,7
Agropecuária	-5,9	1,8	-0,5	0,2	2,7
Indústria	-4,5	1,5	3,3	4,0	4,2
Serviços	0,9	1,4	1,6	0,7	1,9
Consumo das famílias	0,0	2,9	2,5	2,1	1,5
Consumo do governo	4,5	-0,2	0,5	0,6	0,9
Formação Bruta de					
Capital Fixo	-12,0	2,1	7,5	7,1	7,4
Exportação	-14,9	9,0	0,0	3,3	1,7
Importação	-17,6	5,8	3,4	13,3	13,1

Fonte: IBGE

Tabela 1.9 – Produto Interno Bruto – Preços de mercado

Discriminação	Variação %				
	2009				2010
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
Acumulado no ano	-2,1	-1,9	-1,7	-0,2	9,0
Acumulado em 4 trimestres	3,0	1,0	-1,0	-0,2	2,4
Trimestre/igual trimestre do ano anterior	-2,1	-1,6	-1,2	4,3	9,0
Trimestre/trimestre anterior ^{1/}	-1,5	1,5	2,2	2,3	2,7
Agropecuária	-5,9	1,8	-0,5	0,2	2,7
Indústria	-4,5	1,5	3,3	4,0	4,2
Serviços	0,9	1,4	1,6	0,7	1,9

Fonte: IBGE

^{1/} Dados dessazonalizados.

Tabela 1.10 – Produto Interno Bruto – Ótica da demanda

Trimestre ante igual trimestre do ano anterior

Discriminação	Variação %				
	2009				2010
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
PIB a preços de mercado	-2,1	-1,6	-1,2	4,3	9,0
Consumo das famílias	1,5	3,0	3,9	7,7	9,3
Consumo do governo	4,3	3,9	1,6	4,9	2,0
Formação Bruta de					
Capital Fixo	-14,2	-16,0	-12,5	3,6	26,0
Exportação	-15,4	-11,4	-10,1	-4,5	14,5
Importação	-15,8	-16,5	-15,8	2,5	39,5

Fonte: IBGE

^{1/} Estimativa.

O PIB cresceu 2,7% no primeiro trimestre de 2010, em relação ao quarto trimestre do ano anterior, de acordo com dados dessazonalizados das Contas Nacionais Trimestrais, do IBGE, aumentando 9% em relação a igual período de 2009. As trajetórias favoráveis do mercado de trabalho, da renda real, dos investimentos e dos indicadores de confiança dos empresários e consumidores constituem indicativos importantes de que o atual ciclo da economia brasileira deverá se sustentar no médio prazo.

A evolução do PIB na margem, que configura o quarto aumento consecutivo do agregado nessa base de comparação, refletiu elevações na indústria, 4,2%; na agropecuária, 2,7%; e no setor de serviços, 1,9%. Em relação aos componentes da demanda, ressalte-se, no período, a continuidade do crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), 7,4%, enquanto os consumos das famílias e do governo aumentaram, respectivamente, 1,5% e 0,9%. As exportações apresentaram crescimento de 1,7% e as importações, em linha com o crescimento da demanda interna, 13,1%.

O desempenho do PIB em relação ao primeiro trimestre de 2009 evidenciou a consolidação do dinamismo da demanda interna, responsável por 11,8 p.p. da taxa de crescimento registrada no período, contrastando com a contribuição de -2,9 p.p. do setor externo.

Considerada a ótica da demanda, o consumo das famílias, em cenário de aumentos da massa salarial real, do emprego e do crédito, e de manutenção da confiança dos consumidores em patamar elevado, cresceu 9,3% no período, representando o vigésimo sexto resultado positivo nessa base de comparação. A FBCF, traduzindo a trajetória dos indicadores de confiança dos empresários e os desempenhos das indústrias da construção civil e de bens de capital, aumentou 26% no período, enquanto o consumo do governo cresceu 2%. A contribuição negativa do setor externo, consistente com a robustez da demanda interna e com o menor dinamismo da economia mundial, refletiu elevações nas exportações, 14,5%, e nas importações, 39,5%.

Em relação aos componentes da oferta, o desempenho interanual do PIB refletiu as elevações nas produções dos setores industrial, 14,6%; de serviços, 5,9%; e agropecuário, 5,1%.

Tabela 1.11 – Produto Interno Bruto
Trimestre ante igual trimestre do ano anterior

Discriminação	Variação %				
	2009				2010
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
Agropecuária	-2,8	-4,4	-9,0	-4,6	5,1
Indústria	-10,4	-8,6	-6,9	4,0	14,6
Extrativa mineral	-2,6	-1,8	-2,0	5,6	13,6
Transformação	-14,0	-10,8	-7,9	4,7	17,2
Construção civil	-9,6	-9,3	-8,4	2,5	14,9
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-4,2	-3,8	-3,3	1,4	8,1
Serviços	1,7	2,0	2,1	4,6	5,9
Comércio	-6,0	-3,8	-2,8	8,1	15,2
Transporte, armazenagem e correio	-6,2	-5,4	-2,9	5,4	12,4
Serviços de informação	6,4	6,8	4,5	2,1	2,6
Intermediação financeira, seguros, previdência com- plementar e serviços relativos	6,2	5,0	6,1	8,5	9,0
Outros serviços	5,8	6,2	4,9	3,5	2,4
Atividades imobiliárias e aluguel	1,3	1,4	1,4	1,5	1,8
Administração, saúde e educação públicas	3,4	2,9	3,2	3,2	2,3
Valor adic. a preços básicos	-1,8	-1,3	-1,1	3,9	8,0
Impostos sobre produtos	-4,2	-3,5	-2,0	6,2	14,9
PIB a preços de mercado	-2,1	-1,6	-1,2	4,3	9,0

Fonte: IBGE

O desempenho da indústria geral foi impulsionado pelo dinamismo das indústrias de transformação, 17,2%, e da construção civil, 14,9%, esta favorecida pela intensificação dos recursos destinados a financiamentos imobiliários e às obras de infraestrutura no âmbito do PAC. A produção e distribuição de eletricidade, gás e água aumentou 8,1% no período, enquanto a atividade extrativa mineral, evidenciando o desempenho do segmento minério de ferro, cresceu 13,6%.

A agropecuária cresceu 5,1% no primeiro trimestre de 2010, em relação a igual intervalo do ano anterior, com ênfase nos resultados das safras de algodão, milho e soja.

O setor de serviços, evidenciando o fortalecimento da demanda interna, cresceu 5,9% no período, ressaltando-se as expansões dos segmentos comércio, 15,2%, e transporte, armazenamento e correios, 12,4%, que refletem, em parte, o comportamento dos setores agropecuário e industrial. O setor serviços de intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos cresceu 9%, seguindo-se as expansões registradas nos segmentos serviços de informação, 2,6%; outros serviços, 2,4%; administração, saúde e educação públicas, 2,3%; e atividades imobiliárias e aluguel, 1,8%.

As projeções para o crescimento do PIB em 2010 encontram-se detalhadas no box "Revisão da Projeção para o PIB em 2010", na página 31 deste Relatório.

1.5 Investimentos

Os investimentos, excluídas as variações de estoques, aumentaram 26% no primeiro trimestre de 2010, em relação a igual período de 2009, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, divulgadas pelo IBGE. A análise na margem, considerados dados dessazonalizados, ratifica a trajetória crescente dos investimentos, que aumentaram 7,4% em relação ao quarto trimestre de 2009, e constitui indicativo importante de sustentabilidade do atual ciclo de expansão da economia.

O desempenho dos investimentos na margem havia sido antecipado pela trajetória de indicadores mensais da FBCF. Nessa linha, a produção de insumos da construção civil registrou expansão de 3,9% no primeiro trimestre de 2010, em relação ao finalizado em dezembro do ano anterior, enquanto a produção, as importações e as exportações de bens de capital assinalaram aumentos respectivos de 4,5%,

Revisão da Projeção para o PIB

Tabela 1 – Produto Interno Bruto

Acumulado no ano

Discriminação	Variação %					
	2009				2010	
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	IV Tri ^{1/}
Agropecuária	-2,8	-3,7	-5,3	-5,2	5,1	5,4
Indústria	-10,4	-9,5	-8,6	-5,5	14,6	11,6
Extrativa mineral	-2,6	-2,2	-2,1	-0,2	13,6	9,4
Transformação	-14,0	-12,3	-10,7	-7,0	17,2	12,3
Construção civil	-9,6	-9,5	-9,1	-6,3	14,9	13,3
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-4,2	-4,0	-3,7	-2,4	8,1	7,4
Serviços	1,7	1,9	1,9	2,6	5,9	5,3
Comércio	-6,0	-4,9	-4,2	-1,2	15,2	9,0
Transporte, armazenagem e correio	-6,2	-5,8	-4,8	-2,3	12,4	9,4
Serviços de informação	6,4	6,6	5,9	4,9	2,6	4,8
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos	6,2	5,6	5,8	6,5	9,0	6,3
Outros serviços	5,8	6,0	5,6	5,1	2,4	4,8
Atividades imobiliárias e aluguel	1,3	1,4	1,4	1,4	1,8	2,4
Administração, saúde e educação públicas	3,4	3,2	3,2	3,2	2,3	3,0
Valor adic. a preços básicos	-1,8	-1,5	-1,4	-0,1	8,0	6,9
Impostos sobre produtos	-4,2	-3,8	-3,2	-0,8	14,9	9,8
PIB a preços de mercado	-2,1	-1,9	-1,7	-0,2	9,0	7,3

Fonte: IBGE

1/ Estimativa.

A estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2010 foi revisada de 5,8%, constante nos dois últimos Relatórios de Inflação, para 7,3%. Esse aumento da projeção está em linha com resultados divulgados no primeiro semestre do ano e reflete melhora generalizada dos indicadores de atividade, sejam pela ótica da produção ou pela da demanda.

A agropecuária deverá crescer 5,4%, aumento de 0,1 p.p. em relação à projeção do Relatório de março, consistente com as alterações nos prognósticos do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os crescimentos das safras de soja, trigo e café estão estimados em 19,2%, 13,1% e 10,9%, respectivamente.

A projeção de expansão do setor industrial passou de 8,3% para 11,6%, com ênfase na revisão, de 10,1% para 13,3%, da estimativa para a construção civil, que reflete o dinamismo do setor nos primeiros meses do ano e perspectivas bastante favoráveis para o segundo semestre. A estimativa para o crescimento da indústria de transformação passou de 8,2% para 12,3%; a da indústria extrativa mineral, de 6,1% para 9,4%; e a da produção e distribuição de eletricidade, gás e água, de 7,3% para 7,4%.

O setor de serviços deverá crescer 5,3%, ante 4,7% projetado anteriormente. Esse aumento foi determinado, principalmente, pelos crescimentos respectivos de 2,4 p.p. e 2,9 p.p. nas estimativas para o crescimento dos subsetores comércio e transportes, e armazenagem e correio, diretamente influenciados pelo desempenho da agropecuária e da indústria.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto – Ótica da demanda

Acumulado no ano

Discriminação	2009				Variação % 2010	
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	IV Tri ^{1/}
PIB a preços de mercado	-2,1	-1,9	-1,7	-0,2	9,0	7,3
Consumo das famílias	1,5	2,3	2,8	4,1	9,3	7,2
Consumo do governo	4,3	4,1	3,3	3,7	2,0	3,2
Formação Bruta de						
Capital Fixo	-14,2	-15,1	-14,2	-9,9	26,0	17,1
Exportação	-15,4	-13,2	-12,1	-10,3	14,5	12,6
Importação	-15,8	-16,2	-16,0	-11,4	39,5	27,8

Fonte: IBGE

1/ Estimativa.

Considerada a ótica da demanda, a estimativa para o consumo das famílias aumentou de 6,1% para 7,2%, evolução consistente com as perspectivas de continuidade de melhora no emprego e na renda; enquanto a estimativa relativa ao consumo do governo cresceu 0,3 p.p., para 3,2%, após ajuste frente ao último resultado trimestral. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) deverá crescer 17,1%, ante 15,7% na projeção anterior, aumento compatível com o patamar elevado da confiança dos empresários e com a crescente utilização da capacidade instalada. Esse quadro deve ser reforçado por projetos ligados ao setor de petróleo (pré-sal) e de infraestrutura, em grande parte, liderados pelo setor público. Além disso, note-se que esses projetos, bem como a realização de eventos como Copa do Mundo e Olimpíadas, geram diversas externalidades para a economia como um todo e devem estimular a expansão do investimento privado neste e nos próximos anos. A contribuição da demanda doméstica para o resultado do PIB deverá atingir 9 p.p.

As exportações devem aumentar 12,6% e as importações, 27,8%, ante crescimentos respectivos de 12% e de 20,4%, na estimativa anterior. A perspectiva de crescimento mais intenso das importações reflete a fato de a economia se encontrar em novo ciclo de expansão, impulsionado pela demanda doméstica. Por outro lado, o desempenho relativamente modesto das exportações reflete as perspectivas pouco favoráveis para o crescimento de importantes parceiros comerciais do Brasil. Essas trajetórias deverão se traduzir em contribuição negativa de 1,7 p.p. do setor externo para o PIB em 2010.

de 13,1% e de 2,9%, resultando em crescimento de 5,9% na absorção desses bens.

A evolução da produção de bens de capital traduziu expansão setorial generalizada, com ênfase no desempenho dos segmentos de bens destinados ao setor de peças agrícolas, 33,2%; bens industrializados seriados, 13,6%; bens produzidos para o setor agrícola, 7,4%; equipamentos de transporte, 7,3%; bens para o setor da construção civil, 5%; e bens destinados ao setor de energia elétrica, 3,3%.

Os desembolsos do sistema BNDES – BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e BNDES Participações S.A. (BNDESpAr) – totalizaram R\$25,5 bilhões no primeiro trimestre de 2010, elevando-se 42,5% em relação a igual período de 2009. Os recursos destinados à agropecuária cresceram 129,9% e os destinados aos setores comércio e serviços, 70,5%. Os desembolsos à indústria de transformação, representando 29,4% dos recursos aportados pelo sistema BNDES no trimestre, recuaram 2,7% em relação a igual período de 2009.

Estatísticas relativas a abril ratificam a trajetória de crescimento dos investimentos. Nesse sentido, a produção, as importações e as exportações de bens de capital elevaram-se, na ordem, 2,6%, 0,9% e 3,4%, em relação a março, resultando em expansão de 2,2% na absorção desses bens, enquanto a produção de insumos da construção civil assinalou aumento mensal de 1,4%.

1.6 Conclusão

A economia encontra-se em novo ciclo de expansão, conforme indicam as contas nacionais relativas ao primeiro trimestre de 2010, resultado relevante em termos quantitativos – o PIB trimestral cresceu 9% em relação a igual período do ano anterior – e, especialmente, em termos qualitativos, tendo em vista a contribuição expressiva dos investimentos.

A demanda interna permanece como elemento propulsor do ritmo de crescimento econômico, com ênfase na recuperação dos investimentos, o que ratifica o cenário de sustentabilidade, a médio prazo, da expansão da economia. Essa perspectiva ganha respaldo adicional na evolução dos indicadores de confiança de empresários e consumidores; das condições do mercado de crédito, que registra aumento no volume dos empréstimos e retrações nas taxas de juros, nos *spreads* e na inadimplência; e do mercado de trabalho,

expressa em ganhos salariais reais e aumento da taxa de formalização do emprego.

O consumo das famílias deverá seguir impulsionado pela disposição dos trabalhadores em comprometer renda futura, em cenário de confiança elevada e disponibilidade de crédito, enquanto a retomada dos investimentos, evidenciando a expectativa favorável dos empresários, o aumento da utilização da capacidade instalada e o comportamento do setor de construção, tende a se consolidar.

As perspectivas favoráveis quanto à evolução da atividade econômica nos próximos trimestres devem incorporar, entretanto, o impacto negativo do efeito da antecipação de compras registrado no primeiro trimestre do ano, em resposta ao final da desoneração fiscal nos segmentos de automóveis e de outros bens duráveis, ocorrido nos primeiros meses do segundo trimestre.